

Setor quer mais agilidade

Representantes do setor turístico do Espírito Santo se reúnem visando a elaboração de propostas que possam dar mais agilidade à atuação do governo estadual

Luiz Carlos Borges

O governador Vitor Buaz afirmou que se no final do mandato houver a necessidade da estruturação de uma Secretaria de Turismo, ele adotará as medidas necessárias para sua criação. Enquanto isso, salientou, continuará direcionando a política para o setor através da Câmara Estadual. Buaz fez esta declaração em resposta às reivindicações de representantes do setor turístico do Estado, que apresentaram esta e outras sugestões em reunião com o presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Ferrazo, na quarta-feira da semana passada.

O governador lembrou que as melhorias na política do setor virão "a partir do momento que ficar consumado o Projeto de Municipalização do Turismo proposto pela Embratur". Ele admitiu que a propaganda realizada para divulgar as potencialidades do Estado "é tímida, mas vai melhorar".

Reunião

Na reunião realizada na semana passada no plenário da Assembleia, ficou decidida a elaboração de um documento a ser encaminhado ao governador Vitor Buaz. Nele estarão detalhadas as principais propostas do grupo. Segundo Ricardo Ferrazo, a apresentação desse documento depende da estruturação do material. Sua expectativa é que isso ocorra "o mais rápido possível".

Além da criação da Secretaria Estadual de Turismo, os representantes dos setores de bares, hotelaria, restaurantes, agências de viagem, entidades de classe e órgãos municipais de turismo pediram a construção de um centro de convenções "de caráter privado, a integração do mercado, a divulgação das potencialidades Espírito Santo, a criação do fundo estadual, o estímulo ao turismo receptivo e a ampliação das linhas de créditos pelo Banes e Banes para projetos turísticos".

Para o presidente do Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagem do Espírito Santo, Abraão Sezefredo Andreão, o Estado não possui um órgão centralizador das ações de turismo, pois a Câmara Estadual, mesmo reunindo todos os representantes do segmento e respaldada pela capacidade de seus técnicos,

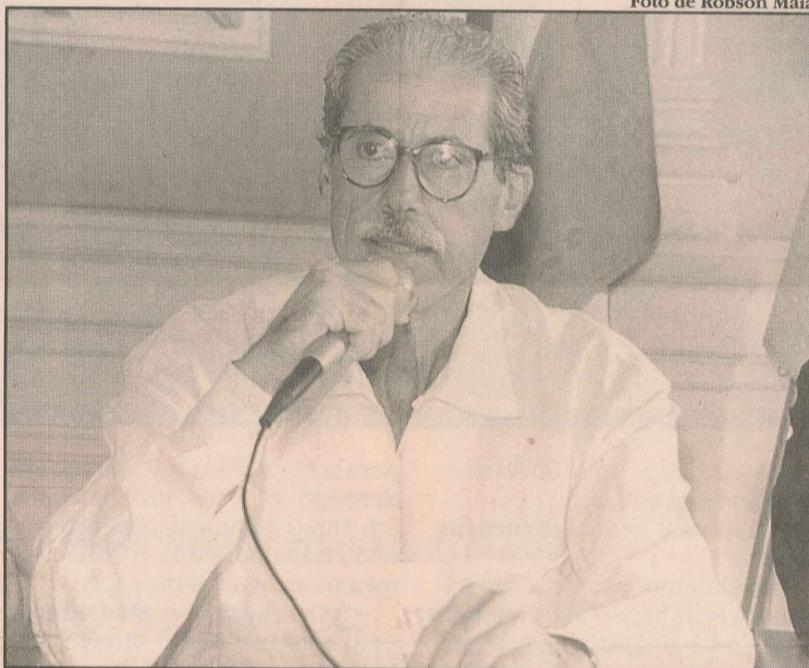


Foto de Robson Maia

O governador Vitor Buaz não descarta a criação da Secretaria Estadual de Turismo

cos, não é um órgão executivo.

— Ela não consegue viabilizar as propostas aprovadas, pois não possui dotação orçamentária —, argumenta Andreão. O hoteleiro defende a criação de um órgão turismo como uma empresa de capital misto, "que poderá executar projetos que se encontram paralisados por falta de recursos". É o caso do levantamento do perfil da hotelaria e de todo o trade turístico do Estado. Andreão considera importante que o titular da órgão "esteja afinado com as necessidades do setor e não apenas com ações políticas eleitoreiras".

Receptivo

Outra sugestão apresentada pelo Sindicato dos Hoteleiros é quanto ao turismo receptivo. De acordo com o presidente da entidade, o Estado e as agências se empenham apenas em levar o turista para fora do Estado. "São poucas as que trabalham para incentivar o turismo capixaba", reclama.

Abraão pediu que a Assembleia Legislativa, por meio de uma legislação específica, "coiba o alastramento dos centros de turismo", a exemplo do construído pelo Sesc em Guarapari. Segundo relata, empreendimentos desse tipo "fazem uma concorrência desleal principalmente com os pequenos e médios empresários, pois não atendem apenas aos comercia-

rios, mas todo o público em geral".

— Ao que se sabe, esses estabelecimentos não recolhem tributos e taxas aos cofres públicos por benefício de uma legislação própria —, aponta o presidente do sindicato, salientando que tem informações de que está previsto a construção de um empreendimento desse tipo, no balneário de Praia Formosa, em Aracruz, com 600 apartamentos.

Propostas

Além de mudanças no calendário escolar para que as férias comecem em meados de dezembro e terminem no final de fevereiro — após o Carnaval — outra alteração proposta é a antecipação do vestibular para o mês de dezembro. "O turismo capixaba iria melhorar acentuadamente", acredita o presidente do sindicato, que também reivindica a criação da Delegacia Especializada em Apoio e Segurança ao Turista.

Para o presidente dos Trabalhadores em Hotéis, Motéis, Bares Restaurantes e Similares (Sintra-Hotéis), Odeildo Ribeiro, a participação da entidade na reunião, realizada na última quarta-feira no plenário da Assembleia Legislativa, serviu para recolocar em pauta as propostas da entidade, que busca parceria para o projeto de melhoria no atendimento ao turista com a qualificação e formação de mão-de-obra.

"Estamos com dificuldade para conseguir apoio, pois alguns empresários alegam que este é um assunto de responsabilidade do governo", lamenta Ribeiro. O presidente do Sintra-Hotéis esclareceu que não se faz turismo "sem parceria entre todos os segmentos da sociedade".

— Não podemos arcar com as despesas para tal investimento, precisamos de recursos dos empresários e do governo. Todos precisam estar conscientes de que para proporcionar melhoria na política de turismo no Estado são necessários, também, investimentos na qualificação e reciclagem do trabalhador. Além disso, é preciso educar a comunidade para a importância social e econômica da visita do turista em nossa cidade", esclarece Odeildo.

Secretaria

A implantação da Secretaria Estadual de Turismo é defendida por Odeildo, pois ele acredita que a Câmara Estadual vem se tornando "apenas um órgão de muitas propostas que não tem ações práticas". O presidente do Sintra-Hotéis disse ainda ser a Secretaria fundamental para a viabilização dos projetos do setor "com uma política bem elaborada".

— Do contrário, vamos ficar de conversa em conversa sem chegar a lugar algum —, conclui.

A presidenta do Sindicato dos Guias Turísticos do Espírito Santo, Lacira Assis Machado, aproveitou a reunião para pedir a renovação do convênio com o Centro de Atividades Descentralizadas (CAD), órgão ligado a Embratur, "pois o mercado vem sofrendo com a invasão de pessoas sem habilitação e o CAD atua no cadastramento e recadastramento dos profissionais". Ela informou que a profissão de guia está regulamentada desde 1993 e quem se habilita nesse trabalho precisa frequentar um curso com 400 horas durante quatro meses.

De acordo com Lacira, a renovação do convênio com o CAD é importante porque o órgão faz pesquisas destinadas à classificação dos hotéis, ao levantamento das taxas de ocupação nos meios de hospedagem e do fluxo turístico. Também registra ônibus e as agências de turismo. "A falta de registro impede a fiscalização do CAD e prejudica a receita fazendária", explica a sindicalista.